



Entrevista

Revista Somanlu, ano 8, n.2, jul/dez 2008

Entrevista Gênero, trabalho e subjetividade – Helena Hirata

Nos anos de 1990 as mulheres já representavam mais de 40% da força de trabalho. E, hoje, no limiar do século XXI, o trabalho continua a ter valor hierárquico. O gênero não é examinado nas teorias econômicas, afirma a socióloga e pesquisadora do Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), na França, Helena Hirata.

Brasileira nascida no Japão, em 1946, e radicada na França desde 1971, Helena Hirata deixou recentemente a direção do Centro Nacional de Pesquisas Científicas – CNRS, em Paris. Atualmente é diretora de estudos de gênero e relacionamentos sociais e professora da Universidade Paris VIII. Ela é referência nos estudos de gênero e trabalho, em análise comparativa entre o Brasil, a França e o Japão.

Helena Hirata esteve em Manaus, no Amazonas, há pouco mais de um ano onde ministrou um curso no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal da Amazônia, momento em que discorreu amplamente sobre gênero, trabalho e subjetividade. Eu, Iraildes Caldas Torres, organizei esse conteúdo em forma de entrevista.

Iraildes – O que perdura na situação das mulheres trabalhadoras nesta primeira década do atual século?

Helena – As relações de gênero são paradigmas de outras relações como as de etnia/raça e classe, como diz Joan Scott. As relações de gênero são diferentes das relações sociais. Ao estudar as características de gênero, Daniele Linhart vê as práticas das mulheres como construtos sociais, e esse construto tem uma base social, que é o trabalho. Ocorre que essas relações de trabalho engendram relações de poder, elas têm valor hierárquico que confere ao homem proeminência no trabalho em relação à mulher.

Iraildes – O que mostram as pesquisas em relação à falta de equidade de gênero no trabalho?

Helena – As pesquisas realizadas pelo nosso grupo no CNRS da Universidade Paris VIII, como as de Lourdes Beneria, apontam para o fato de que a desigualdade de gênero no trabalho pode estimular o crescimento econômico, e esse crescimento econômico pode exacerbar as relações de gênero.

Somanlu, ano 8, n. 2, jul./dez. 2008 151

Iraíldes – E a igualdade de salário ainda está muito distante?

Helena – No Japão a mulher recebe menor salário do que o homem, mesmo executando a mesma função. 20% de mães com filhos trabalham no Japão; na França, 80% das mães com filhos trabalham; no Brasil, 56% das mães com filhos trabalham.

Iraíldes – Em termos comparativos o que dizem as pesquisas sobre esses disparates?

Helena – Na França, as mulheres com filhos podem trabalhar porque têm creche para todas as crianças. Na Alemanha, as mulheres que têm filhos podem trabalhar só meio expediente porque a creche não é em período integral. No Brasil, só 10% dos filhos das trabalhadoras tem acesso à creche. No Japão, 72% das mulheres deixam de trabalhar quando casam para cuidar dos filhos. Na França, 20% deixam de trabalhar, por opção, quando têm filhos até 3 anos de idade. No Japão existem 2,8% de mães solteiras, 16% na França e 30% no Brasil.

Iraíldes – Há evidências de que as mulheres, especialmente as executivas, estão chegando aos espaços de poder. As pesquisas confirmam isso?

Helena – Olha, menos de 1% das mulheres francesas estão nos espaços de poder. A França tem 70 milhões de habitantes, enquanto que o Brasil tem 187 milhões.

Iraíldes – Você disse há pouco que não se pode pensar o trabalho, sem antes considerar a subjetividade do trabalho no mundo contemporâneo. O que você quer dizer?

Helena – Christophe Dejours publicou o livro *Psicopatologia do Trabalho*, traduzido no Brasil como “A loucura do Trabalho”. É uma imprecisão da tradução na língua portuguesa. Não existe o trabalho que provoca a loucura. São as situações ou as condições de trabalho que criam patologias na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Atualmente há uma dupla ruptura na questão da subjetividade do trabalho: a dessindicalização e a falta de solidariedade no trabalho. A sindicalização na França é 8%. O ser para si de que fala Lucács ou a subjetividade e identidade operária passam por uma grande crise. A virilidade e a masculinidade também são fatores de subjetividade do trabalho assim como é a feminilidade. As novas formas de família, como os casais homossexuais, com filhos e sem filhos, também são fatores de subjetividade. A disciplina, a pressão operária causam medo e frustração e, junto com o assédio moral, produzem sofrimento na vida das trabalhadoras e



trabalhadores. Isto tem desdobramentos negativos na saúde desses trabalhadores e trabalhadoras.

Iraíldes – O trabalho doméstico é uma tendência de precarização na França?

Helena – Existe uma tendência na França que afirma ser o trabalho doméstico uma atividade desenvolvida por amor; na verdade isto é uma ideologia. O trabalho doméstico comporta uma relação de exploração bem forte. As mulheres cedem e consentem a dominação; é por isso que ela existe, como diz Godelier. Somente 20% dos homens desenvolvem trabalhos domésticos na França, tais como: jardinagem, bricolagem, levar crianças para a escola e buscá-las para casa.

Iraíldes – A reestruturação produtiva colocou em curso o processo de terceirização com muita intensidade nos países de economia emergente como o Brasil. Isto ocorre também nos países centrais?

Helena – A terceirização chegou ao ponto máximo no Japão. A maior parte dos funcionários não têm direitos trabalhistas garantidos. A reestruturação produtiva chegou ao Japão, em 1960; na Europa, em 1970; e no Brasil, em 1990. Há alguns eufemismos que tentam esconder o trabalho precarizado com o discurso do empreendedorismo. O emprego com carteira assinada e com garantia de benefícios sociais é aquele que é qualificado. No Japão o próprio doutor já tem emprego fragilizado, 70% dos empregos são precarizados. Os lixeiros são mal pagos e mal vistos, fazem um trabalho pesado e não têm visibilidade, a maioria é imigrante.

Iraíldes – O desemprego ainda é alto nesses países?

Helena – O desemprego apresenta índices elevados na Europa e no Japão. Na França poucos trabalham com carteira assinada, muitos trabalhadores estão na informalidade sem os direitos trabalhistas e com contratos determinados entre 1 a 2 anos. Falta trabalho até para os doutores, há uma concorrência de 200 (duzentos) doutores para uma vaga. Os (as) orientadores(as) devem ajudar seus ex-orientandos a encontrar trabalho, mas se o (a) orientador(a) não goza de respeitabilidade e credibilidade, ele depõe contra o recém-doutor seu ex-aluno.